



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone / Telefax PABX + 55 54 3218 2318 – E-mail internacionais@ucs.br – www.ucs.br



O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Profa. Luciane Stallivieri*

Resumo: A cooperação acadêmica internacional, especialmente na última década, vem adquirindo fundamental importância junto às instituições de ensino superior brasileiras e estrangeiras. As universidades estão entrando no novo século, com o desafio de repensarem o seu papel diante da sociedade, como instituições que abrigam a multiplicidade de valores e de opiniões e que enfatizam o caráter universal do conhecimento. A mobilidade de estudantes, professores, pesquisadores e de gestores intensificam com muita voracidade os laços transnacionais, estabelecendo conexões e criando redes de saber universal. As redes de cooperação formadas pelas universidades aproximam as comunidades científicas de diferentes partes do planeta, reforçando a premissa de que é no seio da universidade que devem ocorrer os grandes avanços científicos e tecnológicos e a efetiva integração dos povos, respeitando, acima de tudo, as diferenças e as especificidades de cada nação.

Palavras-chave: educação superior, instituições, cooperação acadêmica, intercâmbios internacionais.

*Assessora de Relações Internacionais da Universidade de Caxias do Sul e Vice-Presidente do Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos internacionais – FAUBAI.

INTRODUÇÃO

O caráter internacional das universidades está presente desde a Idade Média com a criação das primeiras escolas européias. A formação dessas escolas, chamadas de "universitas", contava com professores e estudantes de diferentes regiões e países, apresentando em sua constituição comunidades internacionais, que se reuniam em busca de um objetivo comum: o conhecimento.

Como o próprio nome diz, "universitas", a universidade constitui-se em um universo cultural, que abriga a universalidade e a multiplicidade de visões de mundo, posições filosóficas, tendências científicas e políticas, enfim, diferentes modos de pensar dos seres humanos, oriundos de diferentes partes do planeta.

Como espaço gerador de conhecimento, a universidade tem contribuído para as rápidas transformações tecnológicas, para a evolução dos meios de comunicação e para a velocidade com que circulam as informações, que têm aproximado os povos e têm feito com que as populações tenham acesso muito rápido e direto ao que está ocorrendo nos lugares mais longínquos do globo, gerando um acelerado processo de internacionalização.

Diante desse processo, surge uma questão fundamental: - Faz-se necessário repensar o papel e a importância das universidades, imbuídas de sua função integradora de culturas e de pessoas, - questão que, no mínimo, apresenta-se como provocadora.

Frente ao acelerado processo de internacionalização, percebido principalmente nas duas últimas décadas, mais efetivamente em nível científico e tecnológico, as universidades passam a buscar o seu espaço diante desse novo panorama que se apresenta. Trata-se até de uma questão de sobrevivência, ou seja, é necessário internacionalizar para poder competir em níveis de igualdade com as melhores instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras.

Os inúmeros desafios, que estão surgindo no momento em que chega o novo século, impulsionam as universidades a buscarem um grau de internacionalização muito mais elevado. A globalização da economia, do comércio, dos processos de produção e das telecomunicações criaram um cenário interconectado. A globalização da cultura, da ciência, das tecnologias exige de nossos estudantes universitários um nível de competência e de formação muito mais sólido e competitivo. Torna-se mister, então, que as instituições estejam preparadas para oferecer soluções a esses novos desafios.

Com o deslocamento dos eixos de poder do mundo, as relações entre os países modificaram-se e, em decorrência, também o papel das instituições de ensino superior dentro e entre eles. Governos, empresas, instituições e pessoas passaram a ter no conhecimento o grande referencial para planejar o seu futuro. Ampliou-se, como consequência, a missão da universidade, instituição que produz e socializa o conhecimento científico, o vetor de expansão, de qualificação e, mesmo, de manutenção de sua atividade primordial.

Preparar cidadãos do futuro para um mundo interligado e interdependente requer um sistema de educação superior cujo processo de internacionalização permita o conhecimento direto e o respeito pela diversidade cultural, promovendo, acima de todos

os conceitos, o entendimento e o respeito pela multiplicidade de valores e a tolerância entre os povos.

Porém, a internacionalização não ocorre de forma isolada. O processo de internacionalização pressupõe cooperação em todas as suas formas: cooperação científica, tecnológica, acadêmica; e em seus diferentes níveis, tanto a cooperação horizontal e vertical, quanto bilateral, multilateral, etc., principalmente voltadas para o âmbito da cooperação interinstitucional.

A internacionalização das instituições de ensino superior, através das diferentes formas de cooperação, tem sido o gatilho para a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa que, unidos, criam as condições para o desenvolvimento dos países e o incremento da qualidade de vida das populações.

Durante a última década, a internacionalização acadêmica tem se fortalecido no coração da vida universitária, e, por ser uma situação relativamente nova para algumas instituições que fazem parte da realidade do ensino superior latino-americano, entendemos que se torna necessária uma reflexão sobre o que compreende o termo "internacionalização" aplicado às instituições de ensino superior.

Diante desse quadro, podemos estabelecer algumas reflexões sobre o processo de internacionalização pelo qual passam as universidades.

Procuraremos resgatar o entendimento dos conceitos que permeiam a cooperação internacional em nível acadêmico, as formas em que ela se configura e se concretiza, os desafios para a efetiva internacionalização institucional, tendo sempre como objeto de nosso estudo a realidade das instituições de ensino superior.

Não ousaríamos apresentar fórmulas para a cooperação acadêmica internacional, mas podemos, sem dúvidas, dividir algumas experiências bem sucedidas

que exemplificam a efetiva proposta de integração e comentar outras que nem sempre obtiveram o êxito desejado.

A identificação de ações conjuntas, que elevam as parcerias entre duas instituições, que aproximam as suas comunidades onde ambas colhem resultados concretos no âmbito da integração, do reconhecimento e do respeito mútuos, poderão contribuir para que outras instituições, que se encontram em fase da busca pela internacionalização de suas estruturas acadêmicas, reflitam sobre os melhores caminhos de se chegar ao panorama internacional.

Da mesma forma, faremos uma reflexão sobre as áreas que ainda não atingiram o patamar de internacionalização adequado à projeção de uma instituição de ensino superior, que busca fortalecer as suas parcerias e a sua inserção no panorama internacional. Atividades não tão bem sucedidas devido a alguns entraves que podem retardar o processo de internacionalização, tais como: a ausência da sensibilização da comunidade acadêmica, atitudes passivas por parte do corpo docente e discente da instituição, inexistência de estratégias claras para a internacionalização, a falta de reconhecimento cultural, indisponibilidade ou inviabilidade de adaptação das comunidades estrangeiras, barreiras lingüísticas ou elevado distanciamento geoescolar, entre outros, são fatores que comprometem o sucesso na realização de bons programas de cooperação, sejam eles assumidos bilateralmente ou financiados pelos órgãos governamentais.

Com base em diferentes fontes de leitura, percebemos que muito já se escreveu no âmbito da cooperação científica e tecnológica, inúmeras obras no tópico das relações internacionais foram publicadas. O farto material bibliográfico existente, que trata com profundidade a inserção do Brasil no panorama internacional, a política externa brasileira, os novos rumos da globalização e a participação do Brasil na nova ordem

mundial, comprova a preocupação dos cientistas políticos sobre o assunto. Sem dúvidas, tal material é considerado de fundamental importância para um melhor posicionamento daqueles profissionais que, se não tratam diretamente com as questões de relações internacionais, enfrentam os desafios da globalização na sua prática diária, como os gestores de cooperação internacional das universidades.

Insistimos, porém, que a relativa ausência de publicações, que abordam com clareza e pontualidade os caminhos pelos quais percorre a cooperação internacional, vis à vis com a inserção das universidades brasileiras e latino-americanas no mercado educacional internacional, deve ser um fator de estímulo para que as universidades e seus pesquisadores registrem cientificamente as suas experiências, pois elas servirão como aporte para que outras instituições busquem ali o apoio necessário para o direcionamento de sua atuação na gestão da cooperação internacional nas universidades.

No entanto, algumas iniciativas devem ser registradas e merecem destaque, tendo em vista as contribuições que trouxeram, e que ainda trazem, para o aperfeiçoamento das atividades de cooperação internacional.

A começar, uma expressiva contribuição nos é dada através da publicação organizada pelo Professor Jacques Marcovitch, coletânea que reúne artigos de pesquisadores que abordam a questão da cooperação internacional: estratégia e gestão.

A coletânea objetiva a formação de recursos humanos, preparados para atuar na área da cooperação.

O Professor Marcovitch¹ reforça a idéia de que,

"Para os campos sócio-econômico, tecnológico e ambiental, percebem-se avenidas de cooperação internacional, cooperação que decorre do engajamento dos protagonistas sociais e das instituições. Desse engajamento pode resultar um sistema de cooperação, estruturado pelos governos mas que transcenda seus limites. Sistema que busque uma estratégia, métodos de gestão e uma capacidade de negociação capazes de conciliar competição e cooperação. Iniciativas para um desenvolvimento orientado para as prioridades da maioria e das gerações futuras."

A coletânea resulta de estudos realizados no Programa de Gestão de Cooperação Técnica Internacional da Universidade de São Paulo - USP - e foi elaborada por professores, pesquisadores e dirigentes engajados em projetos de cooperação internacional. Trata especificamente da estratégia de cooperação e introduz o tema, fixando limites de sua atuação e mostrando algumas tendências mundiais. Aborda também aspectos da gestão e da negociação entre os protagonistas que compõem o sistema da cooperação internacional.

Do nosso ponto de vista, trata-se de um material fundamental para o entendimento do panorama das relações internacionais, fornecendo-nos uma macrovisão dos pontos em que a gestão da cooperação acadêmica pode se beneficiar.

Do Sul do Brasil, identificamos importantes publicações sob a coordenação da Professora Doutora Marília Costa Morosini, que tem dedicado atenção à integração das universidades, com especial enfoque às universidades do Mercosul. Universidade e Integração no Cone Sul, Mercosul - Políticas e Ações Universitárias, entre outras publicações, destacam a forte atuação e a importância do papel das universidades não

¹ MARCOVITCH, Jacques (Org.). Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 13.

somente brasileiras, mas fundamentalmente as instituições latino-americanas para o fortalecimento do bloco econômico, Mercosul.

Segundo a autora²,

"... as instituições de ensino superior têm papel destacado, pois a elas cabem não só a formação de recursos de alto nível e a produção do conhecimento, condições indispensáveis ao deslocamento dos estados-membros do patamar de países periféricos para o patamar de inserção ativa no mercado mundial, mas funções a serem construídas na formação da integração cidadã."

Com o apoio da Conferência de Reitores das Universidades Espanholas, o Professor Jesús Sebastián nos traz uma profunda análise das relações de cooperação entre as universidades espanholas e latino-americanas, através do Informe sobre a Cooperación Académica da España con América Latina. Um instrumento que pode servir de base para uma avaliação das ações de cooperação internacional atualmente desenvolvidas pelas universidades brasileiras.

Jesús Sebastián analisa de forma reflexiva as diferentes formas de cooperação adotadas pelo sistema de instituições de ensino superior espanhol, identificando as fortalezas e as carências dos diferentes programas, tanto governamentais como programas próprios daquelas universidades. O Informe sinaliza para estratégias de cooperação que poderão ser adotadas nos próximos anos, com vistas ao incremento e fortalecimento de relações com universidades latino-americanas, visivelmente apresentadas como metas dos governos da Comunidade Européia.

A nossa preocupação fundamenta-se diante da pouca bibliografia disponível sobre as questões da cooperação acadêmica, na oportunidade em que o Programa ALFA - América Latina Formação Acadêmica -, que financiou um projeto de colaboração entre universidades da Europa e da América Latina com vistas à elaboração de um

² MOROSINI, Marília Costa (org.). MERCOSUL/MERCOSUR: Políticas e Ações Universitárias. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998, p. 1.

material chamado *Guía Comparativa da Gestión de Oficinas de Relaciones Internacionales*. Esse material, além de reunir informações sobre diferentes universidades européias e latino-americanas, apresenta uma análise comparativa entre renomadas universidades européias, como a Universidade de Coimbra - Portugal, Universidade de Heidelberg - Alemanha, Universidade Católica de Louvain - Bélgica, Universidade de Salamanca - Espanha, e universidades latino-americanas, tais como a Universidade de Belgrano - Argentina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil, entre outras, tendo a coordenação do Programa Columbus. Trata-se, portanto, de uma ferramenta indispensável para os gestores de cooperação internacional poderem estudar a sua própria prática profissional e repensar a atuação de suas instituições no panorama da gestão global.

O resgate bibliográfico pelo qual percorremos conduziu-nos principalmente a importantes comunicações e manifestações proferidas em seminários e encontros internacionais por autoridades educacionais do mundo inteiro, tais como presidentes de Associações Universitárias Internacionais, Reitores das mais conceituadas instituições de ensino superior dos cinco continentes, gestores de cooperação internacional de importantes instituições, que levam as suas preocupações sobre o panorama das relações acadêmicas, como por exemplo: Daniel Samoilóvich - Diretor do Programa Columbus; Professor Ruy Pauletti - Presidente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa; Professor José Raymundo Martins Romeo - Vice-Presidente para América Latina da International Association of University Presidents; Professor Avelino Porto - Presidente da Red Latinoamericana de Cooperación Universitária; Professor Guy Haug - Conselheiro Principal da European University Association.

Ainda em relação à bibliografia pesquisada, não podemos deixar de mencionar os diferentes "websites" consultados, os quais facilitam o acesso direto a

fontes de informação fundamentais para uma investigação sobre esse tema, tais como: Ministério de Relações Exteriores, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação do Brasil; UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura; Programa ALFA - América Latina Formação Acadêmica; OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos; websites de diferentes redes de cooperação interuniversitária, além de sites de grandes universidades, tanto brasileiras como estrangeiras, que já possuem o seu sistema de internacionalização solidificado e fortalecido diante das inúmeras ações de cooperação por elas desenvolvidas, o que não significa dizer que essas universidades já superaram as suas possibilidades de internacionalização.

Buscamos, também, apreciar os documentos que vão definindo o mapa da cooperação internacional para o ensino superior nos próximos anos, as tendências de acordo com os documentos mais recentes discutidos, principalmente, pelas universidades da comunidade europeia, sejam eles: Declaração de Bologna - Itália, Mensagem da Convenção de Instituições Europeias de Ensino Superior - Salamanca, Espanha, Plano de Ação de Torino, Itália, Reunião de Ministros em Praga.

Todos os textos sinalizam para que a internacionalização da educação constitui um imperativo e um dever das universidades. Oferecer aos seus cidadãos a oportunidade de experiências internacionais para que se tornem mais competitivos no mercado global faz parte do papel das instituições que buscam o equilíbrio entre as expectativas regionais e nacionais por um lado e os desafios internacionais por outro.

Vista dessa forma, a cooperação internacional deixa de ser um luxo institucional e passa a fazer parte da vida acadêmica da instituição, tendo um valor em si mesma e contribuindo de forma inegável para o desenvolvimento equilibrado dos países, das comunidades e dos seus cidadãos.

1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

1.1 HISTÓRICO

Conforme já dissemos na introdução, entre tantas colaborações trazidas no período da Idade Média, uma das mais importantes foi o surgimento das universidades.

"Universitas", instituições formadas por comunidades nas quais "magistri" e estudantes de todas as partes da Europa participavam em condições de igualdade e usufruíam, praticamente, os mesmos privilégios e direitos.

Constituídas como Comunidades Internacionais, e assim se consideravam, as universidades, desde aquela época, propunham-se a analisar a universalidade do conhecimento e de todo o saber. Quer dizer, já na sua constituição, as universidades possuíam o caráter internacional; seus estudantes deslocavam-se de diferentes nações para tratar das questões do conhecimento, o que contribuía para a glória e honra da universidade.

Mesmo que, nem sempre o caráter internacional garantisse a harmonia e a paz, a presença dos estrangeiros, sem discriminação em relação aos nativos, garantia prestígio às instituições.

Segundo Charle & Verger³, em História das Universidades, "durante muito tempo, os estudantes deslocaram-se da Europa Central para as universidades italianas

³ CHARLE, Christopher & VERGER, Jacques. História das Universidades. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

(Pádua, Bolonha, Siena), e, em menor escala, para as francesas (Paris, Montpellier, Orleans) desenvolvendo seus estudos, visitando sucessivamente várias universidades e colando grau durante o seu retorno".

O que gerava essa mobilidade durante a Idade Média, primeiramente, era a busca de novos conhecimentos, de novas descobertas em diferentes partes do continente. Mas, muito fortemente, surgia "ao lado dos estudos visados, a viagem em si - a experiência existencial, a ocasião de visita de um valor educativo próprio".

Transportando essa mentalidade da Idade Média para os dias atuais, o Primeiro Ministro da França, Lionel Jospin⁴, no Discurso de Abertura da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, partilha duas convicções: (1) a mudança do ensino superior deve fundar-se nos valores que inspiraram as primeiras Universidades Européias; (2) o movimento de expansão do ensino superior deve naturalmente se inscrever num acréscimo de cooperação internacional. Ele afirma que

"Na Europa, do século XVI, a Universidade foi um grande refúgio da atividade intelectual e um elemento de progresso social, de evolução técnica e de desenvolvimento econômico. Lugar de confronto de culturas e experiências, favoreceu a mobilidade dos homens, das idéias, das descobertas, das inovações. A Europa de Erasmo foi o símbolo desta rede européia da inteligência e do saber que se formou na época, de Sorbone à Heidelberg, de Oxford à Bolonha, de Montpellier à Salamanca. A Universidade exerceu sua função crítica ao mesmo tempo em que promovia os valores de tolerância e de pluralismo. Este período permanece exemplar".

Conclui-se, então, que, desde a Idade Média, a internacionalização já se fazia presente na vida acadêmica, pelas mais diversas razões.

O fenômeno da globalização da economia, característica das últimas décadas do Século XX, sacudiu as universidades e lançou alguns novos desafios.

⁴ CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998, Paris. Tendências de Educação Superior para o Século XXI. Paris: UNESCO/CRUB, 1998 .

A crescente importância do conhecimento e a valorização do capital intelectual dos indivíduos, a revolução da informação e dos meios de comunicação e a responsabilidade na criação e na manutenção do entendimento entre os povos e do espírito de solidariedade com os países menos desenvolvidos passam a ser questões permanentemente discutidas nos fóruns internacionais e foram claramente apresentadas na Conferência Mundial sobre Educação Superior realizada pela UNESCO em Paris, no ano de 1998.

Esses desafios impelem a universidade a revisar e atualizar as suas estratégias, a fim de que os seus estudantes e seus egressos passem a contar com as competências essenciais, acadêmicas e profissionais que lhes permitam interagir numa sociedade cada vez mais multicultural e internacional, com rápidas mudanças em seus sistemas.

Neste novo panorama que se apresenta, as universidades vêm-se quase que obrigadas a buscar a cooperação internacional. Reconhecem que esse é o caminho através do qual elas obterão o apoio necessário para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Encontram nos programas de cooperação internacional um incremento de competência no desenvolvimento de sua missão social.

1.2 CONCEITOS

Para falarmos de cooperação acadêmica internacional e principalmente se estamos afirmando que ela deve fazer parte da missão das instituições de ensino superior, torna-se necessário, em primeiro lugar, entendermos alguns conceitos de cooperação.

A idéia de cooperação tem sido utilizada em diferentes épocas da vida da humanidade, tem evoluído, utilizando diferentes vocábulos, e causado discordâncias entre os cientistas políticos que nem sempre estão afinados com o significado exato de cooperação.

Desde a época dos filósofos gregos, a idéia de cooperação tem sido empregada, valendo-se do termo "aliança", porém com uma conotação diferente da que é utilizada na contemporaneidade. A idéia estabelecia o significado de cooperação com o objetivo de evitar a guerra, pois supunha a realidade de que todos os estados estavam envolvidos em situações de conflito contra os outros estados, clamando a ação de luta constante pela sobrevivência e pela manutenção da integridade de seus povos. Implícita ou explicitamente, o termo implicava cooperar para evitar a guerra.

A expressão "cooperação" ou "colaboração" evoluiu, desde a Segunda Guerra Mundial, e passou a substituir a palavra "aliança", mais usada para descrever as formas de parcerias estabelecidas inicialmente.

Como a própria palavra diz, cooperação significa "co-operar", ou seja, operar em conjunto, ou ainda, a ação de trabalhar conjuntamente com outros.

No âmbito das relações internacionais, o conceito de cooperação tem como um de seus primeiros pressupostos a idéia de alteridade, isto é: o respeito de um estado pela existência de outros estados, cujos objetivos podem e devem ser traçados por eles

próprios, conforme observa Amorim⁵ em sua reflexão sobre as perspectivas da cooperação internacional.

Entendemos, então, que a ação internacional pressupõe a inter-relação entre nações e, conseqüentemente, pressupõe o conhecimento, ou pelo menos a aceitação da existência do outro, intensificando a consciência de diversidade dos indivíduos e a sua visibilidade.

Diante disso, a cooperação internacional interinstitucional, vista sob a ótica atual, na sua essência, implica em algumas condições fundamentais:

- primeiramente, reconhece a existência de atores, protagonistas da cooperação;
- em segundo lugar, os participantes devem estar envolvidos e comprometidos com as formas de cooperação, levando em conta a disponibilidade de seus recursos humanos e financeiros;
- os objetivos da cooperação devem estar claramente definidos e coerentes com as estratégias de execução;
- os projetos devem estar inseridos nos planos estratégicos de desenvolvimento das entidades ou das instituições, otimizando os benefícios e aprimorando os níveis de desenvolvimento dos parceiros;
- o programa de atividades deve ser concretamente estabelecido, respeitando cronogramas e orçamentos previamente definidos;
- e, por último, o estabelecimento de mecanismos deve estar direcionado para o desenvolvimento e para a avaliação das ações de cooperação.

⁵ MARCOVITCH *apud* Amorim, 1992.

Levando essas condições em consideração, uma efetiva cooperação entre parceiros poderá ser vislumbrada, através da qual haverá benefícios mútuos para ambas as partes.

É claro que existem diferentes formas de cooperação: cooperação científica, cooperação tecnológica, cooperação acadêmica, entre outras.

Pelos motivos já apresentados na introdução, o foco de nossa análise recairá especialmente na cooperação universitária internacional, a qual ocorre no âmbito interinstitucional, ou seja, entre universidades congêneres, que buscam o desenvolvimento das instituições de ensino superior e, conseqüentemente, de seus países e de suas populações.

Nesse âmbito, a cooperação deve ser concebida como parte integrante das missões institucionais das entidades e dos sistemas de ensino superior.

1.3 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O ENSINO SUPERIOR

Considerando que a produção do conhecimento está presente na missão da maioria das universidades, sejam elas estrangeiras ou nacionais, e considerando o caráter mundial da aquisição do saber, isso nos conduz a um acelerado processo de internacionalização do ensino superior.

A integração das economias, o apelo constante do entendimento das diferentes culturas, os avanços dos sistemas de comunicação e a criação das redes de informação têm fortalecido e ampliado o espaço preenchido pela universalização do

conhecimento, que adquire, a cada dia, mais força no locus das universidades e das instituições de ensino superior.

A mobilidade de estudantes, professores e de gestores intensificam, com muita voracidade, os laços transnacionais, estabelecendo conexões e criando redes de saber universal. Essas redes aproximam as comunidades científicas de diferentes partes do planeta, reforçando a premissa de que é no seio da universidade que devem ocorrer os grandes avanços científicos e tecnológicos e a efetiva integração. Confere-se autoridade para tomada de decisões e ouve-se a comunidade científica universitária, pois está intrínseca na vida acadêmica a dimensão internacional que ela deve ter.

A cooperação internacional passa a ser um objetivo comum das sociedades científicas mundiais, pois, através da internacionalização das instituições, assegura-se a qualidade e a eficácia na renovação e na socialização do conhecimento produzido.

O documento de orientação da Conferência Mundial da UNESCO "Mudança e Desenvolvimento do Ensino Superior"⁶ proclama que:

"... na observância do mandato que lhe é conferido por seu Ato Constitutivo, a UNESCO continuará a fazer da promoção da cooperação internacional seu principal objetivo e seu modo de ação preferencial no campo do ensino superior. Deverá favorecer a cooperação em escala mundial, buscando os meios mais eficazes de contribuir para o fortalecimento do ensino superior e da pesquisa nos países em desenvolvimento."

Sendo assim, o papel das universidades passa a ser fundamental, pois a elas cabe a tarefa de serem protagonistas da cooperação internacional e promotoras do processo de integração.

⁶ CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998, Paris. Tendências de Educação Superior para o Século XXI. Paris: UNESCO/CRUB, 1998 (Art. XXVIII).

Integração, aqui, é vista como uma ação para diminuir barreiras entre nações e povos, aprimorando o desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural, através da cooperação e da capacitação em setores específicos, com a obtenção de melhores resultados. Integração, portanto, não pode ser entendida apenas como incorporação, substituição ou introdução de. Ela deve ser entendida como processo de aproveitamento de elementos necessários em determinados setores para melhorar o equilíbrio dos componentes do meio.

Leite & Morosini⁷, no artigo Universidade e Integração, argumentam que

"O principal propósito da integração é a alavancagem econômica dos países participantes, objetivo que deve estar intimamente associado à produção social e cultural dos países envolvidos. Neste sentido, a universidade, por suas diferentes identidades e por constituir-se no espaço por excelência da argumentação científica, candidata-se a ser um dos interlocutores-atores da integração".

1.4 PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERNACIONAL

Se entendemos até aqui que as universidades são os atores que desempenham papel preponderante para assegurar o desenvolvimento e a integração dos povos e das nações, independente da integração econômica, será através delas que também estará assegurada a cooperação baseada na solidariedade e no respeito às especificidades de cada população. Será através das universidades que se poderá almejar a cooperação baseada na solidariedade, na visualização de uma cooperação não

⁷ LEITE, Denise e MOROSINI, Marília Costa (org.). Universidade e Integração no Mercosul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 11.

somente para a disseminação dos diferentes patrimônios do conhecimento, mas para a criação de uma cultura de paz e de desenvolvimento equilibrado para as diferentes nações.

Diante desse panorama, despontam algumas questões fundamentais, que merecem a nossa atenção antes de prosseguirmos para as estratégias e modalidades da cooperação. Por que e como fazer cooperação acadêmica internacional? O que significa falar sobre esse tema, nos dias atuais? Quais os seus produtos e os instrumentos? Como ela se relaciona com a docência? Com a pesquisa? Com os serviços acadêmicos? Com a produção do conhecimento? Quais são as tendências atuais da cooperação acadêmica se a internacionalização está presente nas instituições de ensino superior desde a sua criação?

São muitas as questões que surgem e que geram inquietudes naqueles que têm o papel de estar à frente de cargos administrativos governamentais ou mesmo institucionais.

Durante a reunião da Red Latinoamericana de Cooperación Universitaria, realizada em Córdoba, Argentina, nos dias 08 e 09 de novembro de 2001, o Professor Guy Haug, principal Conselheiro da Associação das Universidades Europeias, trouxe para discussão com os demais reitores da América Latina, presentes na reunião, o documento que apresenta a visão dos reitores europeus sobre a cooperação acadêmica internacional e o principal processo de mudança estrutural que está ocorrendo, especialmente focalizada entre esses dois continentes, Europa e América Latina, com vistas ao ano 2010.

A visão dos reitores europeus aponta para a reconfirmação do compromisso das universidades, dos estudantes e dos governos com o processo de estimular a cooperação acadêmica internacional de forma convergente, não somente para o

fortalecimento da coesão interna do sistema de educação europeu, mas também para reforçar a sua presença e sinalizar com atrativos em outras partes do mundo, e supostamente incluindo a América Latina.

De acordo com os dirigentes europeus, as universidades européias passaram muito tempo ilhadas dentro de uma delimitação de fronteiras nacionais, onde a cooperação ocorria somente através da iniciativa individual de alguns pesquisadores, restringindo-se ao estabelecimento de contatos pessoais e do acompanhamento dos resultados de alguns acordos culturais bilaterais que permitiam certa mobilidade, ainda pouco expressiva, entre estudantes.

Nos meados da década de 80, inicia uma nova fase marcada pela mobilidade em grande escala, a qual foi fortemente estimulada pela criação de programas da União Européia.

Um dos programas de maior repercussão na CE - Comunidade Européia - é intitulado SÓCRATES e desenvolve a mobilidade em diversas áreas, desdobrando-se nos seguintes programas de cooperação: ERASMUS (European Action Scheme for the Mobility of University Students), que busca promover a mobilidade de estudantes e a cooperação acadêmica entre doze países da Comunidade Européia, objetivando que 10% de todos os estudantes dos países partes dispendam um período de estudos em outro Estado parte e LINGUA (Programa no âmbito da Comunidade Européia designado a favorecer e a promover o aprendizado de línguas estrangeiras em vários setores educacionais e profissionais). Além desses, há também o programa COMETT (Community Action Programme in Education and Training for Tchnology) de cooperação no âmbito da Comunidade Européia entre universidade e indústria de treinamento para a tecnologia), e TEMPUS (The Trans-European Mobility Scheme for Universities), com o objetivo de integrar em programas educacionais e de treinamento os países da Europa

Central e Leste, originalmente Polônia e Hungria. Esses programas abriram espaço para a criação de diversos consórcios de universidades que promoviam a cooperação multilateral e foram responsáveis pelo deslocamento de milhares de estudantes por ano, os quais realizavam períodos de estudos reconhecidos no exterior.

A forte mobilidade proporcionou às universidades européias uma experiência em grande escala no âmbito da cooperação acadêmica, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de um sistema de transferência de créditos, European Community Course Credit Transfer System - ECTS, e à criação de instrumentos de reconhecimento de estudos que lhes permitem administrar as diferenças dos diversos sistemas de educação superior.

Passos importantes, como a elaboração da Declaração de Bolonha, do Plano de Ação de Torino, da Mensagem de Salamanca, reforçaram o posicionamento adquirido pela cooperação acadêmica internacional, que deixa de ser um apêndice na vida acadêmica e passa a ser uma estratégia de ação das universidades.

Os documentos citados não só fortaleceram as experiências realizadas pelas instituições do Velho Continente, em conformidade com o processo de integração da Comunidade Européia, mas também deflagraram uma nova fase do ensino superior.

"... una fase de cambio estructural dentro de la cual la movilidad y la cooperación deberían facilitarse gracias a reformas que creen mayor compatibilidad entre los sistemas"⁸.

A grande preocupação em relação à forte mobilidade de estudantes e pesquisadores, principalmente na transferência de créditos, é que não ocorra uma padronização do sistema de educação superior europeu e que os princípios fundamentais de autonomia universitária e da diversidade educativa e cultural sejam respeitados.

⁸ VII Exposición del Dr. Guy HAUG - Documentos Complementares. Argentina: Red Latinoamericana de Cooperación Universitaria, 2001.

Uma das principais razões para a abertura das possibilidades de intercâmbio com Europa é o reconhecimento de que, apesar de suas valiosas diferenças, todos os sistemas de educação superior, não somente o europeu, estão enfrentando desafios externos e internos relacionados com o crescimento e com a diversificação da oferta de possibilidades da educação superior transnacional.

Entre esses desafios externos e internos encontram-se a preocupação com a competitividade global da educação superior europeia no mundo, pois como prevê a Declaração de Bolonha "la vitalidad y eficiencia de una civilización se pueden medir en función del atractivo que su cultura ejerce sobre otros países".

A proposta da Declaração de Bolonha não surge isoladamente, mas sim em resposta às profundas transformações pelas quais passa o ensino superior europeu e que busca acima de tudo resolver problemas europeus, especialmente o da empregabilidade de jovens graduados; a forte expansão numérica das universidades, contribuindo a uma acirrada competição por estudantes, fato que as universidades europeias não estavam acostumadas a lidar, e, não menos importante, o crescimento da oferta de opções, principalmente de universidades estrangeiras, que passaram a oferecer os seus serviços acadêmicos e a colocar suas sedes em terras estrangeiras.

Em suma, existe consenso entre os dirigentes europeus de que alguns objetivos devem estar no âmago das preocupações das tendências do ensino superior: a mobilidade, a conexão com o mercado de trabalho para a empregabilidade dos jovens e a competitividade, assegurada através do controle de qualidade estabelecido pelas agências de credenciamento internacionais.

O que estamos comentando sobre as universidades europeias pode ser transposto para as universidades de qualquer continente, pois as instituições de educação superior precisam se fortalecer para competir melhor nos mercados mundiais.

A competitividade aumenta e o diferencial está fixando-se na internacionalização das instituições, ou seja, no nível de excelência das parcerias e na qualidade das oportunidades que as universidades têm a oferecer aos seus estudantes e professores de adquirirem, durante a sua vida acadêmica, uma experiência no exterior.

Resta-nos saber se as universidades estão cientes de sua função integradora, se estão preparadas para encarar os novos desafios e se, de fato, estão usufruindo das oportunidades de internacionalização que o panorama global lhes apresenta.

De acordo com o Professor Eliézer Rizzo de Oliveira, em sua conferência sobre A Universidade e a Cooperação Internacional - Uma Estratégia para o Desenvolvimento, a cooperação internacional deve ser concebida como uma política. Isto é, "um conjunto de ações e instrumentos que se articulam em consonância com os objetivos de desenvolvimento científico e acadêmico".

Essa idéia pressupõe as seguintes premissas: a existência da vontade política das reitorias, imbuídas de seu papel diretivo e coordenador; objetivos minimamente consensuais no plano das universidades; uma mentalidade e um conjunto de ações favoráveis à cooperação; a escolha de parceiros e a busca de oportunidades e de recursos que possam dar suporte à cooperação internacional.

Sem a observação dessas premissas, fica clara a inexistência de uma proposta dentro do corpo administrativo das universidades, que dê conta do processo de internacionalização institucional, visto que esse possibilita às instituições se tornarem conhecidas e respeitadas e prontas para competirem no mercado educacional internacional.

1.5 ESTRATÉGIAS PARA A COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERNACIONAL

A existência do entendimento da importância da internacionalização das instituições de ensino superior por parte dos conselhos superiores, já enfatizada durante a nossa exposição, é fundamental para que haja uma atitude favorável ao seu desdobramento e execução.

As universidades que já desenvolvem o processo de internacionalização devem reforçá-lo e as que ainda não o tem devem acelerar para que o busquem, pois a ausência de uma estratégia, tanto em nível institucional como em níveis governamentais, para a internacionalização, pode ser fator de retardamento da obtenção de inúmeros resultados de desenvolvimento e projeção institucional no panorama internacional.

A definição clara de estratégias de internacionalização, que perpassam o trabalho universitário em seu conjunto, facilita o avanço de ações pró-ativas com vistas à busca de resultados concretos, de ganhos institucionais e de desenvolvimento equitativo.

Samoilóvich⁹, em sua conferência sobre a Internacionalização das Universidades, realizada em Coimbra, em junho de 1999, reforça que

"La cooperación internacional debe ser una dimensión importante en la estrategia global de la universidad. Por ello es necesario que las universidades definan con claridad, de cara al mejor aprovechamiento de los recursos disponibles, sus prioridades en el marco de la actividad internacional".

⁹ SAMOILÓVICH, Daniel. Novos Cenários da Cooperação Internacional. Conferência proferida no Encontro sobre a Cooperação entre a Europa e América Latina. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1999.

Para a definição de estratégias, cada universidade procura observar o princípio de sua autonomia, definindo individualmente as suas necessidades de acordo com objetivos consensuais ao plano de metas da instituição.

As estratégias, geralmente, emanam dos níveis superiores, conselhos diretores, reitorias, enfim, do corpo diretivo das instituições, podendo ser centralizadas ou podendo contar com a participação de outras instâncias institucionais ou unidades acadêmicas, como os escritórios de assuntos internacionais, estruturalmente constituídos em algumas universidades.

Via de regra, como pudemos concluir, através da observação de algumas das maiores universidades estrangeiras ou nacionais, e, sempre tendo presente as macro orientações da UNESCO sobre as tendências do ensino superior para o século XXI, as estratégias para a internacionalização das instituições tendem a observar algumas das seguintes modalidades:

- inicialmente, a definição de uma política de internacionalização que se concretiza através da cooperação acadêmica;
- o estímulo ao intercâmbio de estudantes, de professores e de gestores;
- a inserção em redes de cooperação internacionais, desde que com objetivos claramente definidos;
- a participação em projetos de investigação colaborativa, cujo alcance é global;
- a captação de recursos de diferentes fontes de financiamento, tanto nacionais como estrangeiras;
- a coordenação e participação em congressos e seminários de âmbito internacional;
- a participação em reuniões convocadas por organismos internacionais;

- a gestão de convênios e acordos de colaboração científicos e acadêmicos de alcance internacional para o estabelecimento de diferentes programas;
- a gestão da oferta de títulos acadêmicos conjuntos;
- o estímulo à criação de vínculos com centros de excelência de reconhecimento mundiais;
- o apoio à formação de quadros altamente capacitados, bem como a formação de recursos humanos para a educação universitária;
- a difusão da informações de especial interesse aos que buscam oportunidades de inserção internacional;
- e, finalmente, a total abertura de relações com interlocutores externos, fomentando a participação em novas modalidades de cooperação acadêmica internacional.

O Documento Plan de Accion de Torino para la Cooperación Universitaria Euro-Latinoamericana, discutido pelos presidentes, reitores e representantes de universidades latino-americanas e européias, reunidos em Torino, em novembro de 2000, no marco do Programa Columbus (Rede voltada para o fortalecimento das relações entre Mercosul e União Européia, com vistas à criação de formas de cooperação contando com o comprometimento dos reitores das universidades desses blocos), compromete as universidades a "potenciar las redes y la movilidad entre nuestras instituciones y a fomentar la convergencia de nuestros sistemas de educacion superior".

O documento citado comprova o interesse dos dirigentes das instituições no fortalecimento das ações de cooperação internacional, tendo em vista que o nível de mobilidade (de estudantes, de professores, investigadores, administradores, técnicos e

graduados) e de cooperação efetivamente realizada entre os dois blocos ainda é insuficiente, de acordo com a análise dos reitores, se for considerado o potencial educacional e de interesses políticos e econômicos comuns.

No estabelecimento de suas estratégias de internacionalização, as instituições devem observar algumas características que podem delimitar a sua área de atuação, tais como: restrições em termos de localização geográfica das universidades parceiras; existência de barreiras lingüísticas; áreas de excelência do conhecimento no ensino ou na pesquisa, e ainda do nível de desenvolvimento do país onde está localizada a instituição.

De acordo com o documento de orientação da UNESCO, produzido na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, percebe-se um forte favorecimento no desenvolvimento e na busca de parcerias com as instituições do bloco europeu e norte-americano e posteriormente dos blocos latino-americano e asiático.

"...no decorrer dos últimos anos, a circulação dos trabalhadores intelectuais, tão importante para qualquer estratégia de desenvolvimento a longo prazo, teve tendência de se fazer em sentido único - do Sul para o Norte¹⁰."

As tendências para o século XXI, por sua vez, já começam a apontar para uma cooperação também efetiva no eixo Sul-Sul, o que é muito positivo para os países latino-americanos.

Enfim, para que as estratégias de cooperação se materializem no seio das universidades é necessário que se discuta a sua forma, suas condições de exeqüibilidade, suas dimensões, recursos disponíveis e empregáveis, etc. É, sem sombra de dúvidas, um tema que está gerando cada vez mais discussões nos meios acadêmicos, tendo em vista a sua relevância para a tomada de novos rumos para o ensino superior.

¹⁰ CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998, Paris. Tendências de Educação Superior para o Século XXI. Paris: UNESCO/CRUB, 1998, p. 642.

Observar os fatores econômicos, políticos e sociais de todo o mundo torna-se fundamental para as instituições que buscam, na cooperação acadêmica internacional, uma possibilidade de inserção no mercado mundial da educação, com vistas ao salto de qualidade e de competitividade.

Cooperar para poder competir, estar atento aos desafios de uma nova sociedade que precisa de cidadãos competentes e qualificados. A cooperação internacional deixa de ser um apêndice e passa a fazer parte da vida acadêmica, proporcionando a troca constante de informações entre os grandes centros de pesquisa e de ensino e originando verdadeiras redes de saber universal.

Entendemos que a cooperação acadêmica internacional deve ser ambicionada por todas as instituições que tem como sua missão a produção e a socialização do conhecimento, porém, desde que sejam respeitadas as individualidades e as especificidades de cada instituição, de cada povo ou região.

Tendo isso presente, a cooperação internacional deve ser perseguida, pois através dela as instituições de ensino superior podem buscar uma efetiva integração das nações, não somente com vistas à defesa de seus interesses econômicos e sociais comuns, mas também, e acima de tudo, para buscar uma realidade mais justa e equilibrada para as populações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Estudo das Relações Internacionais do Brasil. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.

CHARLE, Christopher & VERGER, Jacques. História das Universidades. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CHERMANN, Luciane de Paula. Cooperação Internacional e Universidade – Uma Nova Cultura no Contexto da Globalização. São Paulo: EDUC, 1999.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998, Paris. Tendências de Educação Superior para o Século XXI. Paris: UNESCO/CRUB, 1998.

HAUG, Guy. Visions of a European Future: Bologna and Beyond. 11th EAIE Conference. Maastricht, 2 December 1999. Disponível em: <http://147.83.8.29/salamanca2001/documents/commen/EUFuture.htm>. Acesso em: 03 dez. 2001.

INTERNACIONALIZAR la Universidad? Revista Cooperación Acadêmica. Publicación cuatrimestral – Universidad Iberoamericana. Santa Fe/México, v I, nº 2 ago. 2001.

LEITE, Denise e MOROSINI, Marília Costa (Org.). Universidade e Integração no Mercosul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

MARCOVITCH, Jacques & CORDANI, Umberto G. Internacionalización de Las Universidades: visión latinoamericana. Artigo apresentado em 15 nov. 1999 na Reunião do CINDA em São José de Costa Rica. Disponível em: <http://www.usp.br/ccint/docs/internacionalizacion.htm>. Acesso em: 29 nov. 2001.

MARCOVITCH, Jacques (Org.). Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MOROSINI, Marília Costa (Org.). MERCOSUL/MERCOSUR: Políticas e Ações Universitárias. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

_____. Universidade no Mercosul. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Eliéser Rizzo de. A Universidade e A Cooperação Internacional: Uma Estratégia de Desenvolvimento Institucional. Conferência proferida no III Seminário sobre o Diálogo e a Cooperação entre As Universidades das Regiões Fronteiriças dos Países do Mercosul. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1995.

SALAMANCA 2001. The Bologna Declaration: an explanation. The Bologna Declaration is a pledge by 29 Countries to Reform the Structures of their Education Systems in a

Convergent Way. 29 February 2000. Disponível em: <http://147.83.2.29/salamanca2001/documents/commen/Bologna.htm>. Acesso em 03 dez. 2001.

SAMOILÓVICH, Daniel. Novos Cenários da Cooperação Internacional. Conferência proferida no Encontro sobre a Cooperação entre a Europa e América Latina. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1999.

SEBASTIÁN, Jesus. Estrategias, Instrumentos y Tendencias en la Cooperación Universitaria Internacional. Palestra proferida na X Reunião Anual do FAUBAI – Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais. Florianópolis, 1998.

_____. Informe sobre la Cooperación Académica y Científica de España com América Latina. Centro de Información y Documentación Científica. Espanha: Conferencia de Rectores de Universidades Españolas, 2000.

STALLIVIERI, Luciane. A Cooperação Internacional na Universidade de Caxias do Sul. Palestra proferida no III Encontro Nacional de Ensino de Línguas Estrangeiras. Caxias do Sul, 2001.

_____. As ofertas de intercâmbios Internacionais – Universidade de Caxias do Sul. Palestra proferida no Encontro de Estudantes de Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Bento Gonçalves, 2001.

_____. Guia de Orientações para Alunos e Professores Participantes de Programas de Intercâmbios Internacionais. Caxias do Sul: Gráfica da UCS, 2001.

_____. Políticas e Ações de Cooperação e Intercâmbio Internacional – A Experiência da Universidade de Caxias do Sul. Comunicação apresentada na Reunião de Assesores de Assuntos Internacionais - Regional Norte - FAUBAI. Belém: UFPA, 2001.